

- XVIII -**POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA NA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS:
CONQUISTAS E DESAFIOS**

Bruna Mara Vargas– UNICAMP
brunamarawargas@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Na última década, o acesso às universidades públicas e privadas no Brasil foi modificado por meio das políticas de inclusão no ensino superior. No âmbito do setor público, as ações afirmativas implementadas pelas instituições, tais como as cotas raciais e os programas de inclusão de estudantes de escolas públicas, impulsionaram a inclusão das camadas mais pobres da sociedade brasileira no ensino superior.

Neste contexto, o acesso à Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) passou por modificações com a criação do Programa de Ação Afirmativa e Inclusão Social (PAAIS) em 2004, que incentiva o acesso dos estudantes da rede pública de ensino (EP) e de estudantes autodeclarados pretos, pardos ou indígenas (PPI), com a adição de pontos as notas dos candidatos que se autodeclararam de EP ou PPI.

Em 2010, foi criado o Programa de Formação Interdisciplinar (PROFIS), que incentiva os estudantes das escolas públicas da cidade de Campinas, com as melhores notas no ENEM a participar de um curso de formação sequencial de dois anos e, ao final, podem optar por uma vaga nos cursos de graduação da instituição.

O presente trabalho tem como objetivo abordar as políticas de acesso e a estrutura do programa de permanência estudantil da UNICAMP, além de discutir seus desafios a partir da nova política de inclusão da universidade que entrou em vigor em 2019, com uma modificação do PAAIS, estabelecimento de cotas raciais, vagas para estudantes indígenas, vagas pelo edital do ENEM e vagas para os estudantes destacados nas olimpíadas de conhecimento.

O método consiste na análise documental primária de dados públicos da instituição de documentos, normas e regulamentos dos programas de acesso e permanência da instituição, bem como suas modificações no período de 2005 a 2018.

A EXPANSÃO DAS POLÍTICAS DE INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR E AS POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA

A expansão das matrículas no ensino superior, nos anos 2000, foi acompanhada por políticas de ações afirmativas para a inclusão de grupos historicamente excluídos do ensino superior. Essas políticas, na visão de Almeida e Ernica (2015) “[...]representa um esforço, sem precedentes, para diminuir os efeitos de privilégios sociais nos processos de acesso ao ensino superior no país” (ALMEIDA; ERNICA, 2015, p.64).

Dentro deste movimento, ocorrido nos anos 2000, uma questão emerge e pauta a análise das políticas públicas: a inserção da camada da população mais pobre e que historicamente apresenta baixos percentuais de acesso ao ensino superior. No entanto, o decreto federal que institui como obrigatoriedade a reserva de 50% das vagas para estudantes provenientes de escolas públicas e com baixa renda foi publicado apenas em 2012 (BRASIL, 2012).

No entanto, para indivíduos provenientes de camadas mais pobres da sociedade, o primeiro passo, “o acesso”, não é suficiente para que os mesmos consigam lograr a formação de nível superior. Várias são as agruras enfrentadas ao longo do curso, especialmente no que diz respeito às questões financeiras de sua permanência na universidade.

A partir desta temática foi despertada na política nacional de educação a perspectiva da inclusão social e da democratização do ensino com a criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, que foi criado em 2010 e objetiva a diminuição da evasão nos estabelecimentos de ensino superior, a partir do oferecimento de auxílios moradia, alimentação, transporte, apoio à saúde e apoio psicológico, aos discentes com renda de até um salário mínimo e meio.

De acordo com Vasconcelos, houve uma mudança de panorama na área de assistência estudantil a partir do entendimento desta questão como um direito no Programa (2010, p. 608):

O PNAES representou a consolidação de uma luta histórica em torno da garantia da assistência estudantil enquanto um direito social voltado para igualdade de oportunidades aos estudantes do ensino superior público.

Assim, dentro da política de assistência estudantil, as universidades públicas em geral, oferecem diversos auxílios ao seus discentes para o apoio a sua permanência na universidade.

No caso da Unicamp o programa de permanência da instituição, mostra-se diversificado, com um programa de moradia estudantil no campus de Campinas, bolsas de auxílio moradia, bolsas de auxílio social, auxílio transporte e isenções para acesso ao restaurante universitário. O programa também inclui apoio psicológico e psiquiátrico, educacional e serviços de saúde.

A Unicamp conta com um órgão de apoio Estudantil vinculado a Pró-Reitoria de Graduação. O Serviço Apoio ao Estudante (SAE) que realiza a gestão dos programas de permanência estudantil para os estudantes de Graduação e Pós-Graduação da Unicamp, Órgão conta com vários programas de assistência estudantil para viabilizar a permanência dos estudantes que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

RESULTADOS

Como resultado da política de inclusão observa-se que a instituição conseguiu alcançar o montante de 50% de ingressantes de escolas públicas, além de uma modificação no perfil destes estudantes, com relação à localidade de origem e à raça – 24% dos ingressantes se autodeclararam PPI em 2018. Em 2019, passam a vigorar as políticas de inclusão por cotas raciais, vestibular indígena entre outras modificações.

Com relação à permanência, os recursos aplicados passaram de 64 milhões por ano, em 2016, para 84 milhões em 2019. Nota-se que somente o programa de bolsas o montante de recursos em 2019, alocado no orçamento da universidade, foi de 35 milhões ante os 25 milhões em 2016. Um investimento substancial com recursos da própria universidade. A Unicamp por ser uma instituição estadual não recebe recursos do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

CONSIDERAÇÕES

A democratização do acesso à universidade cria novos desafios para a permanência estudantil, a Unicamp avançou em seu processo de inclusão social nos últimos anos e também nos recursos investidos na permanência estudantil. E partir de 2019, a perspectiva de um novo perfil de ingressantes gera novas demandas e desafios de atendimento aos estudantes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ana Maria F. e ERNICA, Mauricio. Inclusão e segmentação social no Ensino Superior público no Estado de São Paulo (1990-2012). *Educ. Soc.* [online]. 2015, vol.36, n.130, pp.63-83. ISSN 0101-7330. <http://dx.doi.org/10.1590/ES0101-73302015139672>.

BRASIL, Decreto 7.824/2012 de 11 de outubro de 2012. Brasília, DF, 2012.
Regulamentação Cotas. Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/D7824.htm>. Acesso em: 29 ago. 2017.

UNICAMP. Comissão Permanente para o vestibular (COMVEST). 2018. Disponível em: <<http://www.comvest.unicamp.br/inclusao-pais/>> Acesso em: 29 jun. de 2018.

_____. Deliberação CONSU nº 12/2004. Estabelece o Programa de Ação Afirmativa para Inclusão Social na UNICAMP. Disponível em: https://www.pg.unicamp.br/mostra_norma.php?consolidada=S&id_norma=2786 Acesso em: 22 fev. 2018.

_____. Deliberação CONSU nº 32/2017. Dispõe sobre os programas de ingresso nos cursos de graduação da UNICAMP. Disponível em: <http://www.pg.unicamp.br/mostra_norma.php?id_norma=10240>. Acesso em: 22 fev. 2018.

_____. Assessoria de Economia e Planejamento, Proposta de Distribuição Orçamentária. 2019. Disponível em: https://www.aeplan.unicamp.br/proposta_orcamentaria/unicamp/pdo_unicamp_2019.pdf. Acesso em: fev. 2019.

VASCONCELOS, N. B. Programa nacional de assistência estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. **Ensino Em-Revista**, Uberlândia, v.17, n.2, p. 599-616, jul./dez.2010.